

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Luana Araújo

**A Leitura e a escrita nas práticas
cotidianas da Educação Infantil**

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em Educação
Infantil: Perspectivas de Trabalho em
Creches e Pré-Escolas**

Rio de Janeiro,
Outubro de 2016

**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro**



Luana Araújo

A Leitura e escrita nas práticas cotidianas da Educação Infantil

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-RIO como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil.

Orientadora: Rejane Brandão Siqueira

**Coordenação Central de Extensão
Curso de Especialização em Educação Infantil:
Perspectivas de Trabalho em Creches e Pré-Escolas**

Rio de Janeiro,
Setembro de 2016



**COORDENAÇÃO
CENTRAL DE
EXTENSÃO**

Dedicatória

A minha mãe, Maria e ao meu esposo, Reinaldo,
por me apoiarem e estarem sempre ao meu lado.
Pelo companheirismo, respeito, incentivo e paciência,
com amor e carinho, dedico-lhe este trabalho.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus por estar presente em minha vida e ter me sustentado dando forças nessa caminhada, me direcionando nos momentos de dificuldades e por permitir que isso acontecesse em minha vida.

A minha orientadora Rejane Siqueira, pela confiança e apoio que me dedicou durante a elaboração desse trabalho, dando-me suportes e orientações que me mostraram o caminho que eu deveria seguir. Obrigada, professora!

A todos os meus professores que, durante todo o curso me proporcionaram o conhecimento e me auxiliaram de diversas formas, me orientando e servindo de inspiração para que eu pudesse aprender e continuar meu processo de formação profissional.

A minha mãe Maria, pela confiança e incentivo nos momentos de desânimo e cansaço. Em especial ao meu esposo Reinaldo, pelo apoio incondicional que me fortaleceu e me fez acreditar que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente, seu apoio foi uma contribuição valiosa e um alicerce para a minha formação.

A todos que fizeram direta ou indiretamente parte da minha especialização. Obrigada!

Resumo

O presente estudo tem por objetivo refletir a importância da leitura e da escrita para a formação do sujeito desde a Educação Infantil e como a leitura e a escrita pode facilitar o processo ensino aprendizagem. O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um resgate histórico sobre a Leitura e a Escrita, onde também ressalto sua importância na vida do sujeito, ligando a conscientização e o incentivo da escola, da família e da sociedade na sua formação. Considerando que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais no processo de aprendizagem, o segundo capítulo buscou um apoio teórico para a realização desta proposta partindo de um levantamento histórico sobre o ensino da Leitura e da Escrita no Brasil e os seus métodos de ensino para ressaltar a importância da Educação Infantil na formação dos sujeitos leitores. No terceiro e último capítulo será abordado a Leitura e a Escrita na Educação Infantil, onde será frisado que ler e escrever é um direito para todos e que as práticas de leitura na Educação Infantil e suas propostas ampliam e estimulam as crianças para a conscientização de um processo ensino aprendizagem significativa. Deste modo, o presente estudo se propõe a refletir e enfatizar a importância do cuidado de todos os envolvidos nesse processo e ressaltar o papel da educação infantil na formação de leitores.

Palavras chave: Leitura; Escrita; Criança; Ensino, Aprendizagem.

Sumário

1. Introdução	05
2. A Leitura e a Escrita	07
2.1 A importância da leitura na vida dos sujeitos	07
2.2 A história da Leitura	09
2.3 A história da Escrita	13
3. O Professor e a escola como incentivadores da leitura e escrita	17
3.1 O ensino da leitura e da escrita no Brasil	17
3.2 Os métodos de alfabetização no Brasil	20
3.3 Para além das letras	23
3.4 A Educação Infantil na formação do sujeito	25
4. A Educação Infantil na formação para a cidadania	27
4.1 Ler e escrever são direitos de todas as crianças	29
4.2 O professor como mediador da aprendizagem da leitura e da escrita	31
4.3 O trabalho cotidiano e a formação do leitor	34
5. Considerações finais	37
6. Referências Bibliografia	39

1 Introdução

Sabe-se que um dos principais problemas na educação atualmente é a dificuldade no processo de ensino aprendizagem, pois se a criança não domina nenhum tipo de linguagem, dificilmente ela conseguirá chegar a uma compreensão.

O presente estudo tem por objetivo compreender a leitura e escrita nas práticas da educação infantil e o cuidado de todo o processo ensino aprendizagem, quando se refere à importância que as crianças têm na vida ao transmitir conhecimento, busca-se que ele tenha antes de tudo consciência do que será transmitido e como fazer.

Acredito que pesquisar e criar métodos para um planejamento eficiente e estratégico que possa vir enriquecer o ensino e motivar a alfabetização é uma realidade que deve ser rapidamente resolvida, em favor de uma educação qualificada que leve a criança a refletir e construir pensamentos críticos sobre a realidade que na qual está inserida e não só lhe impor verdades absolutas.

O grande problema atualmente é que a escola ensina a escrever, sem ensinar o que é escrever, joga com a criança e todo o seu aprendizado sem lhe dizer as regras do jogo sem lhe proporcionar nenhum estímulo para que desenvolva seu conhecer ou amplie-o.

Baseando nesses questionamentos a pesquisa abordará sobre a prática da leitura e escrita na Educação Infantil, para que possamos expandir conhecimentos e identificar circunstâncias favoráveis para a formação de crianças e a participação ativa delas nas práticas sociais letradas.

Atualmente quando levantamos a questão da formação da criança, diante de tudo que ela precisa construir na Educação Infantil, logo pensamos se como educador estamos contribuindo juntamente com a escola que exerce a função e tendo a preocupação de educar cidadãos, passando os reais valores que necessitam.

No que se refere à importância que os educadores têm na vida da criança ao transmitir conhecimento, busca-se que ele tenha antes de tudo consciência do que será transmitido e como fazer.

Os princípios devem ser vistos como norteadores e seus pontos de vista diante de uma determinada situação e todo um cuidado para a vida educacional onde também se deve cuidar da formação de valores que vão formar a questão da reflexão e contribuir para uma formação da cidadania.

Quando o docente e a equipe pedagógica criam métodos de ensino que motiva a curiosidade da criança em seu ato de ler e também a família estimula dentro do ambiente familiar, para assim interagir o desenvolvimento de seu conhecimento, facilitando a inserção mundo da leitura de forma espontânea e prazerosa. Os princípios devem ser vistos como norteadores e seus pontos de vista diante de uma determinada situação e todo um cuidado para a vida educacional onde também se deve cuidar da formação de valores que vão formar a questão da reflexão e contribuir para uma formação da cidadania.

2 Leitura e a Escrita

A leitura tem infinitas possibilidades e, para que aconteça plenamente, necessita de um elemento fundamental que é o conjunto de conhecimentos prévios relacionados ao assunto em questão. Cabe ressaltar que o tipo de linguagem utilizada no texto também interfere na sua compreensão e pode ou não facilitá-la.

A escrita, por sua vez, exige um conjunto de conhecimentos devido às inúmeras alterações que sofreu desde o seu surgimento. Essa exigência se complexifica se considerarmos o momento atual em relação aos diferentes códigos reconhecidos ao longo da história. O processo de aquisição da escrita também se fixou nas práticas sociais e, com o passar dos tempos, a sua prática exerce influência na hierarquização dos poderes na sociedade.

A compreensão e valorização da necessidade do domínio da leitura e da escrita para a vida em comunidade elevou à escola a condição de espaço privilegiado de ensino aprendizagem dessas que vêm cada vez mais se tornando conhecimentos indispensáveis na construção de uma educação qualificada que leve o educando a uma postura crítica sobre a realidade na qual está inserido. Contudo, um dos principais problemas da educação reside exatamente na dificuldade dos educandos em ler e escrever diversos tipos de textos. Ou seja, se o leitor não domina a tipologia do texto, não consegue fazer uma boa leitura e, dificilmente chegará a uma compreensão do seu conteúdo e, conseqüentemente, vai apenas decodificar símbolos e não chegará a uma compreensão efetiva, tão pouco a sua interpretação.

A partir dessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo apresentar a importância da leitura e da escrita no processo de aprendizagem, e neste capítulo será apresentado uma breve história da leitura, da escrita e dos métodos de alfabetização no Brasil.

2.1 A importância da Leitura na vida dos sujeitos

A leitura tem uma imensa importância na vida das pessoas. Enquanto sujeitos de uma sociedade lecto-escrita, a leitura pode ser considerada uma grande conquista na vida de um indivíduo e torna-se um aprendizado que deve ser praticado e realizado ao longo da vida.

Na antiguidade, quando a tradição oral prevalecia, a leitura tinha relação com o exercício da escuta e quando se falava em leitura relacionava-se com a oralidade, pois o ato de ler tinha de ser em voz alta, pois era preciso escutar o que se falava e ainda não havia a dissociação entre a leitura e a oralidade.

A linguagem permite ao homem a expressar o que sente e a traduzir seu pensamento.

De acordo com Thomson (1974) a leitura consolidou-se como prática em várias acepções, tornando-se um produto da escola e critério para o ingresso e participação do indivíduo na sociedade, por distinguir o homem alfabetizado e culto do analfabeto.

O autor supracitado sustenta a ideia de que a leitura veio para constituir uma força ao longo de toda a história, mantendo um ideal na cultura oral e fazendo sentido para que as ações sociais, leve o indivíduo a se conscientizar sobre o apoio e envolvimento da leitura com o conhecimento qualificado podendo assim transformar a carência em plenitude e mudar sua qualidade de vida.

O escritor brasileiro Jorge Amado, por sua vez, atribuiu à leitura a capacidade não apenas de despertar no indivíduo seus vínculos com problemas nacionais, mas também de torná-lo apto a preparar os companheiros para a luta social. (AMADO, 1964, p.28).

A história da leitura faz parte da história da sociedade, todo o processo do ensino da leitura se particulariza quando se refere à literatura brasileira relacionando a sua própria identidade, pois de acordo com a história, no período colonial, os poetas se julgavam portugueses, os românticos, no século XIX, incumbidos de escrever a história literária nacional saíam atrás de histórias passadas caindo em críticas da historiografia literária brasileira.

É imperativo lembrar que ao conhecer uma breve história da leitura pode-se perceber que com o passar do tempo, a mesma vem se tornando indispensável na vida do indivíduo. Sobretudo nota-se o quanto é importante que a criança desde seu primeiro contato com o mundo seja estimulada ao aprendizado da leitura, que estará presente em todo o seu desenvolvimento.

Ler exige capacidade de correr riscos, de aceitar o próprio erro, mas exige também a construção de autocontrole. Para Barbosa (1990) planejar o ato de ler é importante, pois aprender o seu caminho deve ser inovador, flexível, criador e necessita da ajuda dos educadores para todo o processo.

Nesse sentido, portanto, se observa que ler é fundamental para cada um de nós, porque através de uma boa leitura ampliamos os nossos conhecimentos e construímos

novos, em interação com o outro, com o livro e com o contexto. O aprendizado se desenvolve no indivíduo em uma expressão primeiramente de liberdade para pensar e interagir no meio em que vive e, por isso, o papel da leitura e da escrita nos tempos atuais na vida de um indivíduo é uma das principais ferramentas que ele utiliza para a construção de sua formação tanto na vida pessoal, profissional quanto na intelectual.

Considerarei oportuna essa reflexão inicial a fim de que o conhecimento da história da leitura e da escrita seja compreendido como elementos de constituição da vida em sociedade.

2.2

A História da Leitura

A leitura é uma prática que sofreu e sofre mudanças constantes com o passar do tempo. Desde sua origem até a atualidade, transformou-se e vem transformando a sociedade. Por ser um tema amplo, a ela estão ligados e relacionados muitos elementos. É preciso um cuidado ao traçar a condução para uma leitura adequada, que justifique uma leitura pluralizada envolvida nos dias de hoje.

Pretendo apresentar um breve histórico sobre a reflexão da leitura no Brasil, como foi, como se iniciou e suas evoluções, desde o descobrimento até os dias atuais.

Baseados em conteúdos históricos, quando pensamos no ensino da leitura em nosso país, envolvemos a formação da nossa cultura. No Brasil-Colônia o ensino da leitura era permitido a poucos, tais como os senhores de engenhos e seus filhos, aos portugueses que aqui tiveram e às pessoas ligadas a administração da colônia, aos jesuítas e ao clero.

Privilegiava-se aos senhores e as classes superiores, residentes nessa pátria o direito ao ensinamento da leitura e escrita. Com isso, o início da leitura foi através de textos autobiografados pelos próprios senhores ou benfeitores, eram documentos como relatos de viajantes, textos escritos manualmente como cartas de famílias, alguns eram feitos em cartórios como certidão de nascimento e casamento, alguns títulos de propriedades. A primeira Constituição do Império de 1827 trata especificamente sobre a instrução pública e a bíblia que também servia para leitura nas raras escolas que existiam.

Nesse período, como podemos perceber, havia pouco material e recursos ao acesso à leitura e o pouco que havia era destinado apenas aos senhores com posição social, e aos escravos e empregados era negado o direito de ler e escrever.

As concepções de leitura foram construídas no decorrer da história humana em três concepções diferentes de linguagem.

A primeira concepção afirma que a linguagem representaria o mundo e a realidade que nos cerca e o que pensamos sobre ela, assim a linguagem seria uma espécie de “espelho” porque perpassa nossos pensamentos.

A segunda mostra-nos que a linguagem seria centrada apenas para a comunicação, funcionava para transmitir mensagens, assim como um receptor ideal.

Na terceira concepção observamos que a linguagem seria interação entre, falante e ouvinte, autor e leitor, assim seria também processo de comunicação, ou seja, fundamental para a interação entre os seres humanos.

Ao abordar a leitura é importante ressaltar algumas motivações que levam ao ato de ler, o impulso para ler, observar e compreender o espaço em que vive, os seres e as suas coisas com que convive, é condição básica do ser humano.

Em meados do século XIX, praticamente não existiam livros e as escolas primárias praticamente não existiam, os escravos eram excluídos do ensino e à mulher era dado um tipo de ensino conhecido como ensino geral, que as instruía para cumprir as atividades domésticas.

Durante a colonização, as práticas escolares eram realizadas nas fazendas e nos engenhos. Os ensinamentos eram aplicados por mestres-escolas, capelões e padres contratados para este fim.

No entanto com a vinda da família real para o Brasil, em 1808 deu-se outro rumo à educação, quando, para atender as necessidades da Capital e do Império Português, D. João VI refundou a academia militar, criou duas escolas de medicina e transferiu a biblioteca real para o Brasil, sendo agora a atual Biblioteca Nacional, mas apesar de ocorrer diversas mudanças ainda não se conseguiu implantar um sistema sólido na educação. E o novo período continuou marcado por um ensinamento defasado e não para todos, sem assistência e também sem livros.

No ano de 1808, quando D. João transferiu a administração real para o Rio de Janeiro, precisou de um instrumento pelo qual publicaria os seus atos e proclamações. Neste ponto, em decorrência da Constituição imposta a D. João, a partir de 1820 após a Revolução do Porto, a censura é abolida, possibilitando o funcionamento de outras

tipografias, crescem então as oportunidades de leitura, como também surgem graves problemas econômicos, num país de pouca leitura e pouco consumo de letras.

Logo ocorre o aparecimento da imprensa no Brasil, surgindo uma indústria específica para o livro didático, que se deu pela urgência em fornecer material escolar compatível ao o ensino da leitura para o ensino superior nas instituições criadas por D. João VI, após se estabelecer no Brasil.

Por todo o império pouco se fez pela a educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. No início do século XIX, a modernidade avança na esteira da revolução industrial e o Brasil vegeta intelectualmente, carente de imprensa e livrarias para orientar o ensino no país.

Segundo Lajolo (2002), os anos vizinhos da proclamação da república foram marcados por discursões sobre educação sendo a alfabetização e a difusão da leitura, bandeiras de todos os movimentos que então agitavam a cena política brasileira. Ainda no final do século XIX, a população lutava contra o analfabetismo.

No Período Republicano, a política adotou o sistema presidencialista, onde a organização escolar era feita sobre a influência positivista, seus princípios orientava a liberdade do ensino e também defendia a gratuidade da escola primária para todos.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. É em 1934 que a nova constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

No período que compreende 1942 a 1946, chamado de Estado Novo, houve a Reforma Capanema na qual foram estabelecidos oito decretos que regulamentavam o ensino primário, o ensino secundário e as distintas áreas do ensino profissionalizante industrial, comercial, normal e agrícola. Ficava cada vez mais nítido o dualismo na educação brasileira, uma vez que o ensino secundário público era destinado à elite e o ensino profissionalizante para as classes populares.

Após treze anos de discussões, em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases, seguida por outra versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996, que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 que dispõe acerca da educação como direito de todos e dever do estado e da família.

A aprendizagem da leitura é um importante instrumento de passagem para fora de um estado de dependência e pode ser considerada como o começo do processo de construção de cidadania da sociedade brasileira.

Em concordância que ler não é apenas conhecer significados e sim é perceber mais profundamente as relações existentes no mundo. Nota-se que é por meio da leitura que o sujeito compreende melhor o que acontece a sua volta.

Numa sociedade letrada, a possibilidade do exercício da reflexão e da crítica por meio da leitura é maior que aquelas proporcionadas por outros veículos de comunicação. Neste sentido, acredito que a escola tem uma atuação preponderante na medida em que ainda é o principal lugar de socialização da leitura.

Na atualidade, os estudos sobre letramento definem práticas letradas como os modos culturais de se utilizar a linguagem escrita com o que as pessoas lidam em suas vidas cotidianas. Como são inúmeros os contextos, as comunidades e as culturas, o conceito de letramento logo passa ao plural aonde chegamos à leitura pluralizada dos dias atuais e passamos também a falar em letramentos. Deste modo, enfatiza-se a importância de a escola assumir o papel de socializadora de letramentos pluralizados, facilitando à participação e integração dos sujeitos à prática de leitura.

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita, um novo fenômeno se evidencia: não basta aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática de leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais da escrita. (SOARES, 1998, p. 45-46).

Segundo Magda Soares (1998) a escolarização da leitura é aquela que conduz as práticas de leitura no contexto social e as atitudes e valores próprios do leitor que se quer formar.

Ao discorrer do breve histórico sobre a Leitura no Brasil, nota-se que a escolarização da leitura é bem mais que estimular a simples habilidade de ler. É também uma experiência de dar sentido ao mundo e contextualizá-lo por meio das palavras. A leitura, nesse sentido, pode fornecer informações sobre diferentes temas sociais, existenciais e éticas, e na escola ela também pode oferecer outro tipo de satisfação ao leitor, o de como viver situações existenciais e entrar em contato com novas ideias. Portanto, o processo de escolarização da leitura se faz através de textos literários não apenas em uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, pela busca

de formar indivíduos leitores que saibam reconhecer seus direitos, os laços que os unem no espaço e no tempo e que saibam de maneira própria, ver e viver o mundo.

2.3 A História da Escrita

A escrita está presente na história humana. Explicar a evolução da arte de escrever e imaginar todas as transformações que os traços foram ganhando ao longo dos tempos, torna-se uma tarefa prazerosa que instiga a curiosidade e provoca a investigação.

A escrita surgiu no mundo antigo, e o seu percurso é marcado por uma série de acontecimentos. De acordo com a história, a escrita foi um marco que surgiu juntamente com o desenvolvimento das artes, do governo, do comércio, em torno de um desenvolvimento cultural, da agricultura e entre outros.

Nossos antepassados usavam tradicionalmente a comunicação oral como forma de registro. Durante a evolução humana, as formas de registros foram se desenvolvendo até chegar à escrita como conhecemos e utilizamos hoje. No início, a escrita feita era através de desenhos onde uma imagem era para a representação de um objeto, havia inúmeros sinais que eram chamados de pictografias onde. “A pintura, o desenho, passam a ser utilizados como símbolos, como auxílio para identificar uma pessoa ou objeto” (Barbosa, 1990, p.34).



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=escrita+pictogr%C3%A1fica&biw=1301&bih=620&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiC8bKJ2bbMAhWdfZAKHfgIBpAQ_AUIBigB

O sistema pictográfico (imagem 1), evoluiu para uma forma de escrita totalmente abstrata e complexa ficando conhecida como cuneiforme. A escrita era feita em tabletes de argila molhada e era usada para a realização da escrita uma caneta de madeira com a ponta na forma de cunha (imagem 2). Quando os tabletes secavam e endureciam forneciam um meio quase indestrutível de armazenamento de informações (imagem 3). A escrita cuneiforme era composta aproximadamente de 600 símbolos e era usada

amplamente no Oriente Médio e acumulava uma vasta gama de conhecimentos, desde registros comerciais até cartas de reis.



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=escrita+pictogr%C3%A1fica&biw=1301&bih=620&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiC8bKJ2bbMAhWdfZAKHfgIBpAQ_AUIBigB



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=escrita+pictogr%C3%A1fica&biw=1301&bih=620&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiC8bKJ2bbMAhWdfZAKHfgIBpAQ_AUIBigB

Com o tempo, a escrita cuneiforme evoluiu e passou para a escrita ideográfica, não utilizando mais apenas rabiscos e figuras parecidos com a imagem, mas agora a imagem ou figura representava uma ideia, não apenas um objeto.

Na Idade Média foram descartados diversos documentos para que novas construções de escritos pudessem ser reaproveitadas. Nessa época, os escritos mais importantes eram levados para bibliotecas onde seriam bem cuidados e guardados, porém, os que eram considerados escritos leigos ficavam sob o domínio da igreja.



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=escrita+pictogr%C3%A1fica&biw=1301&bih=620&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiC8bKJ2bbMAhWdfZAKHfgIBpAQ_AUIBigB

Não há dúvidas que o desenvolvimento das formas escritas marcou significativamente a humanidade de todas as épocas. Nesse sentido é interessante elevar alguns pontos nos quais o homem, com o passar dos tempos, vem buscando comunicar-se seja com gestos, expressões ou fala. No momento em que ele aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio de signos que sejam compreensíveis pela comunidade na qual faz parte esses sistemas, a escrita passa a funcionar como forma de comunicação.

De acordo com Barbosa (1990), é importante, ao longo de todo o percurso da história se tratando da escrita, conhecer todas as condições e possibilidades de leitura. Ele destaca que as primeiras fábricas de papel foram fundadas pelos mulçumanos na Europa e posteriormente na Itália, logo que o papel se tornou um novo suporte para a escrita, mas isso só foi possível com o que os chineses ensinaram, pois foram eles que inventaram o papel, até então, na maioria das vezes, as impressões eram feitas, sobre pranchas e blocos fixos de metal, madeira e pedra.

A partir do exposto, como se pode observar, os leitores dependiam do contexto para entender o significado de suas escritas.

Em se tratando do nosso país, as letras do nosso alfabeto vieram desse tipo de evolução, algumas escritas ideográficas mais conhecidas são os hieroglíficos egípcios (imagem 1), as escritas sumérias (imagem 2) e chinesa da qual provém a escrita japonesa (imagem 3). O sistema alfabético teve início nos anos 2000 ac., quando a escrita tenta se aproximar da fonética e é representada através de sons silábicos, nos quais cada fonema corresponde a uma letra.

Portanto, mais uma de suas evoluções foi baseando-se em algumas análises consonantal composta por 22 signos, sendo assim aperfeiçoado e ampliado pelos gregos com a junção das vogais, o alfabeto passou a ser composto por 24 letras.

Contemplando a história e todo o seu envolvimento com o contexto social, os dominados e a dominação da humanidade, percebemos que aqueles que produziam a escrita preocupavam-se em dominar e ocupar espaços de poder. Com isso a língua e seus símbolos se tornam as características mais importantes para a formação de um povo, para que assim sejam educados e inseridos num contexto social.

A escrita alfabética em sua origem perde um pouco o seu valor e assume a função de representação fonográfica, passando por inúmeras transformações. Ocorre o surgimento de conjuntos silábicos e com isso vai surgindo também, de acordo com a

história, sinais específicos para representar sílabas, onde representavam sílabas inteiras em vez de letras individuais.

Com base nessas questões, os homens letrados responsáveis pelas escritas dos textos que circulavam entre a nobreza e aristocracia, passaram a escrever buscando uma convenção direta, resultando na forma atual do sistema alfabético.



Fonte: https://www.google.com.br/search?q=sistemas+alfabeticos&biw=1301&bih=620&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwiw8JfY7rbMAhWIVZAKHfRuCCoQ_AUIBigB&dpr=1.05#tbm=isch&q=conjuntos+silabico&imgc=AY8Cm5nKpiU9-M%3A

Desde então, a escrita desenvolvida tornou-se um instrumento de valor inestimável para uma sociedade e para o mundo. E se tratando dos tempos atuais, a escrita ainda vem se transformando e se desenvolvendo, como podemos ver a escrita eletrônica, por exemplo, com a presente mídia, não se limita os textos verbais, podendo os elementos de escrita ser escritos com palavras, imagens, sons, ações ou processos realizados por computadores. Em vez de o leitor ler palavras, pode-se ver em vídeo, observar uma sequência de fotografias ou até mesmo ouvir uma narração. Enfim, a escrita como forma de comunicação e expressão deve ser estimulada e cuidada para que assim sejam formados cidadãos leitores, escritores e conscientes de seus direitos e deveres, capazes de se expressar com seus desejos e de dominar os usos dos múltiplos gêneros textuais em seu contexto social.

3

O professor e a escola como incentivadores da leitura e escrita

O homem com seus saberes é resultado de um conjunto de mediações dentre as quais, a escola e o professor que, planejados pedagogicamente e como mediadores preparados contribuem em seu processo de formação e constituição subjetiva. Contudo, os conhecimentos prévios desse sujeito em desenvolvimento é fator de grande importância nesse processo, pois estão relacionados à sua formação cultural e pessoal que, em sua escolarização dão sentido às práticas e, dentre elas a alfabetização.

A alfabetização é aqui compreendida como o processo de conhecimento e domínio de um código que vai desdobrando-se e envolvendo habilidades para o seu uso em diferentes contextos e situações. Enfim, o exercício da leitura e da escrita implica ao letramento.

Após um breve histórico da escrita, nos propomos no presente capítulo a esboçar um breve histórico da leitura no Brasil ressaltando a sua importância na constituição dos sujeitos e destacando as contribuições da Educação Infantil nesse processo.

3.1

O ensino da Leitura e da Escrita no Brasil

A leitura e a escrita constituem-se instrumentos do desenvolvimento cognitivo, ou seja, ler e escrever são processos de aprendizagem e, nesse sentido implicam no cotidiano da instituição escolar que é socialmente legitimada como espaço desse aprendizado. Sendo assim, a escola ao estabelecer a metodologia e os recursos para esse ensino deve ter o cuidado de utilizar, entre outros os recursos expressivos, ou seja, aqueles que fazem parte do cotidiano do indivíduo.

Historicamente, a seleção do material de leitura foi objeto de dominação. Durante o período Colonial, o Estado e a Igreja viam nas obras literárias uma ameaça, pois apresentavam questionamentos nocivos à estrutura e manutenção da soberania do império. Nesse contexto, os livros deram sentido às tensões e aos saberes na colônia nos séculos iniciais de ocupação portuguesa.

Nesse contexto, os primeiros livros de que se tem notícia no Brasil, eram aqueles que tratavam da religião ou latim, enviados a pedido dos jesuítas, movidos pelos princípios religiosos da época. Eles copiavam a mãos os livros existentes para que

fossem utilizados por seus discípulos durante as aulas e nas instruções religiosas, e assim, partindo de tais perspectivas, as obras religiosas e devocionais complementavam a literatura predominante no século XVI. Do século XVI até meados do século XVIII, as obras religiosas completavam o acervo das bibliotecas brasileiras.

Entretanto, esse cenário é alterado a partir do século XVIII, quando os livros sobre ciência e saberes ganharam espaço nas bibliotecas da América portuguesa e com isso, as ideias que estimulavam as movimentações políticas e literárias questionavam a fé, a lei e a ordem na Colônia.

Este modo descreve que os princípios educacionais implantados na colônia, moviam-se entre o progresso e a subordinação aos limites ditados pelos colonizadores, considerando que eles priorizavam uma não pedagogia, acionando e cultivando, no cotidiano, uma educação para a mera sobrevivência, atribuindo à iniciativa privada as tarefas educacionais, cujo sentido restringia-se a reprodução da ordem social.

Foi nesse mesmo século que a situação educacional do Brasil teve, portanto algumas transformações políticas e sociais, quando se propôs a investigação da influência da literatura europeia no cenário sociopolítico do Brasil colonial. A literatura desse período também sofreu transformações em suas estruturas sociais, políticas e culturais e, de acordo com a história, foram esses os primeiros movimentos intelectuais que iniciaram o processo de independência do Brasil em relação à dominação portuguesa.

Contudo, a partir do século XVIII, as bibliotecas foram sofrendo mudanças na sua composição, ao dividir o espaço dos livros devocionais, com as obras profanas, o saber das ciências, suas ilustrações e transformações que também se deram primeiramente pelo gosto dos mais intelectualizados e só depois se expandiu aos demais acervos da colônia. Todavia, enquanto leitores sofriam as inquietações por via da leitura, para alguns escritores esses livros serviram para conquistar interesses econômicos, reforçar o prestígio da sociedade e auxiliar em sua conquista.

O estado e a igreja tomaram os livros e os saberes escolares como fonte de inquietação e questionamentos, no limite de ruptura dos laços coloniais e, com isso, os argumentos justificavam-se cada vez mais nos temores do discurso religioso, nesse sentido, a importância dos conhecimentos religiosos e os saberes da ciência, caracterizavam o poder através dos exemplos da bíblia e das experiências de corrupção espiritual entre os próprios jesuítas.

Com a chegada da corte portuguesa e as reformas implantadas pelo Marquês de Pombal, com medidas culturais e educacionais que visavam o aumento da produção de matéria prima, o apoio às academias e a construção de instituições educacionais voltadas para o conhecimento prático do estado, as expectativas de manutenção de poder alimentadas pela metrópole, e a educação privada fundam uma nova percepção sobre o saber onde, considerava-se que, a escola destinada ao ensino das primeiras letras e ao ensino de ofícios da época. O estado colocava o indivíduo como elemento capital da construção do seu próprio conhecimento e este, por sua vez, buscava na prática didática, os livros das bibliotecas, para que assim orientasse todo o caminho da sua formação.

No Brasil, a presença dos livros era mais um artefato no retrato do contexto social, onde as desigualdades ditavam as regras, inclusive do acesso às obras literárias. Nota-se que, no caso dos mais humildes, o mecanismo era um elemento de exclusão que fazia sentido principalmente pelo controle e acesso aos livros proibidos que, precisavam de status ou profissões para ser utilizados.

Em relação a tal aspecto, no Brasil colônia, o livro era o elemento capital mais distinto entre o público e o privado, pois o livro trouxe consigo mudanças significativas ampliando os hábitos, a cultura local, o cultivo da leitura oral, mais particularmente a leitura oral pública. O incentivo a essa modalidade da leitura se deu por força particularmente do analfabetismo dominante da época.

A leitura privada, cultivada entre as elites intelectuais no final do século XVIII, veio se aprimorando e na medida em que iam se aperfeiçoando adquiriam mais hábitos de ler e escrever, sendo assim incorporados cada vez mais em seu cotidiano. Além dos objetos de leitura, surgiram também espaços que passaram a assumir funções de exercícios intelectuais nos quais, além da leitura e escrita tratava-se de negócios, e organizações onde diversos assuntos cresciam e conquistavam cada vez mais as leituras orais e públicas tornando-as cada vez mais significativas para todos.

Neste contexto, com a leitura oral sendo cultivada dentro da metrópole, ela era vivenciada no interior das diversas classes da sociedade portuguesa, onde era comum a contagem de histórias em praças públicas, a leitura de livros e as discussões sobre os respectivos conteúdos relacionados aos dogmas religiosos do catolicismo.

De modo geral, o século XVIII, instalou-se como o século de mudanças nas mentalidades da colônia. O hábito da leitura e a prática da oralidade resultaram significativamente na luta contra o domínio colonial e contra o analfabetismo, gerando

espaços específicos para hábitos de aprendizagens e conhecimentos tirados dos livros que deu origem a discursos e questionamentos contra o domínio colonial.

3.2 Os Métodos de Alfabetização no Brasil

A leitura e a escrita são importantes instrumentos para que os indivíduos saibam buscar seus direitos, se informar, exercer e participar da sociedade ao longo de sua vida, enfim desenvolver a sua cidadania e na busca por possibilitar a todos os sujeitos a oportunidade de acesso à leitura e à escrita, a escola foi alçada à condição de espaço privilegiado dessa aprendizagem e nesse sentido, a partir das preocupações de cumprir seu papel, foram formuladas metodologias de alfabetização. E se tratando das metodologias de alfabetização no Brasil, podemos perceber diferentes sínteses.

Maria do Rosário Mortatti (2000), analisa, com base em fontes documentais, o ocorrido nessa província em relação à questão do ensino inicial da leitura e escrita, desde as décadas finais do século XIX e em sua análise, dividiu esse processo em quatro momentos, caracterizados pela disputa entre aquelas metodologias consideradas novas e melhores em oposição àquelas consideradas tradicionais. Em decorrência, cada um desses momentos, funda uma nova tradição relacionada ao ensino e, são respectivos à disputa pela hegemonia de determinados métodos de alfabetização, dentre eles cartilhas e conteúdos cuja história permite recuperar os aspectos importantes que melhor contribuem para a criação de uma cultura escolar.

O primeiro momento é definido como **o período de metodização do ensino da leitura**, e se estende até o início de 1890 sendo marcado pela disputa entre os defensores do "método João de Deus"¹ e aqueles que continuavam a defender e utilizar os métodos sintéticos: da soletração, fônico e da silabação. Com essa disputa, funda-se a nova tradição de que o ensino da leitura envolvenecessariamente uma questão de método, ou seja, enfatiza-se o como ensinar metodicamente, relacionado com o que ensinar; o ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada às questões de ordem linguística (da época).

A institucionalização do método analítico² é o que define o segundo momento

¹ Baseava-se nos princípios da moderna linguística da época e consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra, para depois analisá-la a partir dos valores fonéticos das letras.

²Ensino da leitura, utilizado na Escola-Modelo Anexa, onde os normalistas desenvolviam atividades "práticas" e onde os professores dos grupos escolares da capital e do interior do estado deveriam buscar seu modelo de ensino.

que se estende até aproximadamente meados dos anos de 1920 e enfatiza a continuidade da discussão sobre métodos que incidia sobre o ensino inicial da leitura, já que o ensino inicial da escrita era entendido como uma questão de caligrafia (vertical ou horizontal) e de tipo de letra a ser usado (manuscrita ou de imprensa, maiúscula ou minúscula), o que demandava especialmente treino, mediante exercícios de cópia e ditado.

É também ao longo desse momento, já no final de 1910, que o termo “alfabetização” começa a ser utilizado para se referir ao ensino inicial da leitura e da escrita.

Já o terceiro momento, **alfabetização sob medida**, se estende até aproximadamente o final da década de 1970 e resulta do como ensinar subordinado à maturidade da criança; a partir desse momento as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica.

O último momento é definido como **alfabetização: construtivismo e desmetodização** e marca a fundação de uma nova tradição. A desmetodização da alfabetização decorre da ênfase em quem aprende e como aprende a língua escrita (lecto-escritura). Essa nova tradição gerou, no nível de muitas apropriações, certo silenciamento a respeito das questões de ordem didática e, no limite, tendo-se criado certo ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino.

A autora acrescenta que é válido lembrar, que na década de 1980, a emergência do pensamento interacionista em relação à alfabetização vai gradativamente ganhando destaques e gerando uma espécie de disputa entre seus defensores e os do construtivismo. Aspectos de certa apropriação do internacionalismo foram sendo conciliados com certas apropriações do construtivismo. Essa conciliação foi subsumida ao discurso institucional sobre alfabetização.

Em relação a tal aspecto, no Brasil, a história da alfabetização é mais discutida em torno do século XIX, gerando grandes conflitos entre novas e antigas explicações para uma mesma problemática, as dificuldades das crianças em aprender a ler e escrever, principalmente, em escolas públicas, onde o ensino se tornou defasado.

A aprendizagem da leitura e da escrita coloca a criança em questões muito particulares a respeito de seu lugar social. No entanto a alfabetização e suas dificuldades vêm sendo tratados e também os paradigmas teóricos sobre os aspectos das habilidades perceptivo motoras, linguísticas e cognitivos.

As crianças não são meros sujeitos aprendizes, mas são também sujeitos que sabem. Em outras palavras, as crianças adquirem novos comportamentos durante seu desenvolvimento, porém, mais importante, é que elas adquirem um novo conhecimento. (GOODMAN, 1995, p.23)

As autoras supracitadas defendem a importância do reconhecimento da competência e o desempenho da criança quando mencionamos as dificuldades que vão surgindo no caminho da alfabetização e que estas servem como desafio e estímulo, os quais podem ser compreendidos como ponte do processo para a aprendizagem significativa.

Quando nos referimos ao ensino e suas metodologias, podemos perceber que as crianças, quando se trata do sistema de escrita agem da mesma maneira que em outras áreas do saber, elas tentam assimilar a informação aplicada ao meio e se torna investigativa.

Para Goodman (1995), conhecer a evolução psicológica do sistema da alfabetização, onde envolve a escrita e a leitura não resolve e não assegura as atividades se essas não estiverem presenciadas no contexto e no cotidiano de suas vidas.

A alfabetização não é uma questão de somar e reconhecer letras ou simples aplicações de testes de leitura para assegurar alfabetização de qualidade. As metodologias devem ser repensadas e estudadas, novas medidas de práticas pedagógicas devem ser construídas, para que assim assegure esse exercício pedagógico, configurado como uma ação que conscientiza a prática educativa, partindo dos princípios éticos que visualizam a formação contínua de todos os envolvidos.

De acordo com Goodman (1995), o conhecimento da evolução de todo o desenvolvimento psicológico da escrita pelos professores, psicólogos e avaliadores, parte do processo de que avaliar os progressos das crianças é mais importante, para identificar sinais de alfabetização é preciso todo um envolvimento para a construção, nas funções de ensino e aprendizagem para que haja um equilíbrio em consequência da estimulação que significa colocá-las sincronizadas com seus esquemas de assimilação, percebendo que a criança aprende dentro do seu meio social.

É importante ressaltar que quando se trata de metodologias de ensino, todas as experiências devem ser organizadas de maneira a convidar a criança a participar de atividades que a envolva com a leitura e a escrita significativamente e deve-se também ser pontuado e mostrado que ela faz leitura a todo o momento.

Goodman (1995) acredita que todas as crianças possuem conhecimentos sobre a

alfabetização como forma cultural e possuem atitudes que norteiam o conceito de desenvolvimento e aprendizagem. É importante lembrar as pessoas envolvidas na organização das experiências escolares que levem em consideração o que as crianças conhecem e estimulem a leitura e a escrita, visando à leitura de mundo e respeitando o seu espaço e tempo de desenvolvimento.

As crianças chegam a conhecer a linguagem dentro do contexto de sua própria cultura, sociedade, família e grupo socioeconômico, que influenciam grandemente suas visões e crenças sobre quem é alfabetizado e sobre quem pode ser alfabetizado. (Goodman, 1995, p.118)

Como já dito, a todo o momento as crianças estão em contato com a escrita e a leitura, seja em seu meio ou até mesmo em suas brincadeiras elas utilizam a alfabetização ao brincar, por exemplo, escreverem recibos de gasolina quando brincam de triciclo, em seu canto de bonecas quando transcreverem receitas médicas para seus bebês doentes, entre outras brincadeiras. Da mesma forma que brincam experimentando a leitura e a escrita, onde entram em contato com as possibilidades de escritas, também entram os espaços da experiência de formar palavras, conhecer os espaços entre uma palavra e outra e quais pontuações devem ser usadas. Esse tipo de experimento de linguagem escrita leva a criança aos esquemas que desenvolvem seu aprendizado e estimula seu conhecimento.

Sendo assim logo concluímos que ler e escrever são atividades de comunicação, cujas condições de interação são diferentes em uns ou em outros. É necessário que se compreenda que a leitura e a escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam junto ao processo de letramento.

Com efeito, podemos observar que as práticas que permitem construir conhecimentos sobre os diferentes gêneros textuais permitem também ampliar conhecimentos através dos procedimentos mais adequados para aprender a ler e escrever relacionando o meio com o uso da linguagem oral e escrita.

3.3

Para além das letras

Durante muito tempo pensava-se que ser alfabetizado era apenas conhecer os códigos linguísticos ou as letras do alfabeto, mas atualmente, importantes estudos mostraram que conhecer os códigos não se torna suficiente para ser competente no uso

da leitura e escrita. Deste modo, a linguagem é estruturada de forma dinâmica e coletiva, portanto, a escrita como linguagem também deve ser vista dentro de suas influências culturais e sociais e, para dar conta dessa compreensão, instaura-se o processo de inserção numa cultura letrada. Esse novo olhar para a aprendizagem da leitura e da escrita é denominado Letramento.

Para Tfouni (2010), o letramento é um processo mais amplo que a alfabetização e que deve ser compreendido como um processo sócio-histórico e significa inserir a criança no mundo letrado, ou seja, trabalhar diversos usos de escritas na sociedade. A inserção da criança nas práticas de leitura e escrita de seu mundo social começa antes da alfabetização.

O letramento é cultural, por isso muitas vezes as crianças já vão para a escola com conhecimentos adquiridos em seu dia a dia e cabe à escola ampliar o processo das práticas que tornam as crianças alfabetizadas, atribuindo sentido aos textos.

Podemos perceber que o aprendizado da leitura e da linguagem escrita é um dos temas mais discutidos atualmente quando envolve a sua construção na Educação Infantil e ainda se insiste na pergunta se devemos alfabetizar na pré-escola ou o que entendemos por alfabetização quando falamos de Educação Infantil?

Como afirma Paulo Freire (2011), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele, com isso ele defende que a linguagem e a realidade se prendem dinamicamente.

A construção da escrita e da leitura não tem idade para começar e não depende da maturidade da criança.

É imperativo abordar que o aprendizado da leitura e da escrita é de extrema importância para a construção da identidade em qualquer etapa da educação básica e, dentre os inúmeros aspectos importantes reside também o problema da qualidade do ensino, que devemos fazê-lo com todo o cuidado para que as construções da identidade de nossas crianças sejam formadas significativamente desde a Educação Infantil.

Acredito que há uma complexidade a ser considerada no ato de ensinar a leitura e a escrita, pois envolve diferentes dimensões, como uma delas o cuidado ao escolher as práticas do ensino.

3.4 A Educação Infantil na formação dos sujeitos

A Educação Infantil é lugar de descobertas e de ampliação das experiências e, é um espaço que integra o desenvolvimento da criança e tem papel fundamental na sua formação enquanto indivíduo, pois possibilita a diversidade de experiências por meio da vivência e manifestações das diferentes linguagens. Nessas condições, envolve a criança em uma base de conhecimento através de suas experiências cotidianas, culturais, sociais, religiosas e linguísticas que construirá seu conhecimento de mundo e o expressará através das diferentes linguagens e, dentre elas, a linguagem oral e escrita, que tem papel fundamental na sua constituição subjetiva.

Sendo assim, de maneira significativa, a Educação Infantil envolve a criança desde cedo na construção de sua própria identidade, criando momentos ativos para o seu desenvolvimento.

Quando esboçamos um breve histórico da educação no Brasil, percebemos uma constante luta para que o direito de ler e escrever sejam para todos.

Historicamente, foi no ano de 1789, no marco da associação entre a alfabetização e a escola, em meio a Revolução Francesa que a alfabetização começa a ser considerada importante e necessária e aos poucos entendida como atribuição da escola. É em 1880 que a associação entre a alfabetização e a escola se concretiza com a promulgação das leis que estabeleciam escolas gratuitas, públicas e obrigatórias.

A educação do final do século XIX consolidou-se na escola, considerada o lugar de preparo das novas gerações. No entanto, a aquisição dos conhecimentos também envolve a importância do papel social e do desenvolvimento humano, pois é na escola que a criança cria seu acesso aos conhecimentos, mas essa luta, em busca de uma educação significativa vem cada vez mais se destacando na história do nosso país.

E, a partir da Constituinte de 1988 que as Constituições Estaduais, as Leis Orgânicas Municipais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), asseguram a educação como direito de todas as crianças desde o seu nascimento.

No entanto, a Educação Infantil é definida na LDB (9394/96) como primeira etapa da educação básica para todas as crianças de 0 a 5 anos e tem como finalidade, promover o seu desenvolvimento integral nos aspectos físico, motor, afetivo e cognitivo tendo como princípios a sua formação ética, estética e política, possibilitando-lhe o

acesso às diferentes linguagens.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a Educação Infantil deve estar fundamentada numa concepção da criança cidadã, pessoa em processo de desenvolvimento com direitos aos bens e serviços de qualidade consubstanciados em um atendimento que privilegie a educação, a saúde, a proteção e a alimentação, não apenas para suprir carências da infância, mas para assegurar de forma adequada o seu desenvolvimento pleno e integral.

Nesse sentido, como já dito, a criança deve ser o sujeito ativo da construção de seus conhecimentos social e histórico para que com isso, ela identifique-se em seu meio e crie sua identidade.

Portanto, a relação da criança com ela mesma e com o mundo ao seu redor deve estar centrada nos valores presentes na sociedade e, nas informações que a mesma oferece. As crianças são seres sociais que pertencem a uma história e é imperativo lembrar que, elas estabelecem relações em seu contexto de origem, pertencem também a uma classe social, cada uma ocupa um espaço no mundo e devem ser valorizadas. Neste sentido, elas são pessoas enraizadas num contexto social que envolve padrões, linguagens, costumes e culturas, com esse olhar podemos pensar em quem são as crianças e afirmar que, elas não são apenas o futuro, mas cidadãs de pouca idade, sujeitos sociais e históricos, criadores de cultura e a educação infantil é espaço onde reconhece e dispõe dos seus conhecimentos prévios para que assim possam adquirir diferentes experiências e conquistar seus espaços de socialização.

Sendo assim, as instituições de Educação Infantil são espaços educativos de formação de sujeitos garantindo-lhes o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

4

A Educação Infantil na formação para a cidadania

A Educação Infantil é um momento de descobertas para as crianças, envolvendo valores, pessoas e sentimentos. Elas aprendem a se conhecer e observar atentamente o ambiente que as cercam, em uma relação lúdica. É também na Educação Infantil que a criança explora e vivencia aventuras e descobertas através das brincadeiras e jogos nos quais expressam sentimentos, angústias e sensações.

Enquanto espaço educativo desempenha um papel importante na formação do indivíduo, preparando-o para a vida em sociedade e para o exercício da cidadania. Enquanto primeira etapa da educação básica, seu objetivo é favorecer o desenvolvimento intelectual, motor, afetivo e moral, promovendo a construção da sua autonomia, incentivando-as a desenvolver a capacidade de agir e decidir por conta própria sem, contudo, deixar de valorizar as ações coletivas, as interações sociais.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

A partir do exposto ressalta-se o importante papel do ambiente escolar, pois passamos nela a maior parte do tempo de nossa infância e adolescência onde aprendemos desde os significados das palavras, figuras ao conhecemos o mundo.

Paulo Freire (2011) contempla o homem como um ser de relações e não só de contatos e que não apenas está no mundo, mas com o mundo, com isso gera uma pluralidade das relações na medida em que ele vai respondendo à ampla variedade de desafios, logo podemos perceber a responsabilidade da escola nesse desenvolvimento integral. Neste contexto, a educação infantil na formação para a cidadania deve oferecer oportunidades pedagógicas, transmitir segurança, proteção e estimular novas descobertas à criança.

Analisando o papel social da educação infantil, Kramer (1999)³ assinala que, creches e pré-escolas são instituições de educação infantil a que todas as crianças de 0 a 5 anos têm direito e que, nestes espaços deve ser realizado um trabalho que ofereça

³KRAMER, S. O papel social da educação infantil. In <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf>

caráter educativo e também garanta assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais.

Além disso, a autora chama a atenção para a infância e seus desafios nos dias atuais envolvendo as políticas sociais, questões econômicas, urbana, sociais, a pobreza e problemas educacionais que assumem proporções graves e exigem respostas firmes e rápidas. No entanto devido às diversas possibilidades de enfrentar as questões, embora vivemos em um mundo de transformações, a vida em sociedade está cada vez mais marcada pelas diferenças seja de etnia, religião, gênero, classe, idade, e essas questões são importantes no reconhecimento do respeito ao próximo, pois é na superação da desigualdade que comprometemos nossos esforços para uma população brasileira consciente de seus direitos e da sua participação social.

Acredito no exercício da prática diária. Ela leva o profissional da educação estar em constante reflexão, ao buscar determinadas respostas que o conduza a caminhos no qual consiste a realizar um trabalho sólido que tenha como base a formação significativa da criança de 0 a 5 anos na educação infantil, é claro que para a criança se desenvolver é necessária a participação tanto das próprias crianças, quanto dos professores e da família.

Segundo Oliveira (2010), novas propostas didáticas sobre o cotidiano das creches e pré-escolas têm se apresentado, convidando os educadores a repensar seu trabalho com as crianças e famílias. A inclusão, a partir da Constituição Federal de 1998, de creches e pré-escolas no sistema de ensino, apesar de ter provocado avanços na área da educação infantil e na formação de seus educadores, necessita de instrumentos que articulem o trabalho pedagógico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) foram construídas através da escuta de educadores, movimentos sociais, pesquisadores e professores universitários, que apresentaram suas preocupações em relação à educação infantil. Elas destacam que precisamos estruturar organizar e planejar as ações educativas com qualidade de dar à luz as crianças e acolherem de forma, que elas consigam dá forma delas significarem o mundo e a si mesmo.

Citando as DCNEI's (2010), a criança é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Oliveira (2010) ressalta que as diretrizes partem de uma definição de currículo e apresentam princípios básicos orientadores de um trabalho pedagógico comprometido com a qualidade e a efetivação de oportunidades de desenvolvimento para as crianças.

É imperativo afirmar que as diretrizes também explicitam os objetivos e condições para uma organização curricular, pois considera a educação infantil, a parceria com a família, as experiências através das práticas cotidianas e fazem recomendações quanto aos processos de avaliação e de transição da criança ao longo de sua trajetória na educação básica.

Logo podemos observar que pensar analisar e projetar a educação de crianças em contextos educativos exige que se retomem diferentes análises para que assim se desenvolva um trabalho de qualidade. A partir dessa premissa, é imperativo compreender que a aprendizagem da leitura e da escrita começa desde as primeiras interações sociais e, nesse sentido, podemos afirmar que a educação infantil é espaço de formação do leitor.

4.1

Ler e escrever são direitos de todas as crianças

Reconhecer o conhecimento das crianças em relação aos sistemas de leitura e escrita tem estimulado estudos e pesquisas na área da educação e a questão que se coloca nesse exercício não é propriamente se, alfabetiza ou não na educação infantil. A questão é a premissa que orienta esse processo. Nesse sentido é necessário considerar o processo de planejamento e observação dos materiais que serão usados tendo como referência inclusive às situações de leitura e escrita que as crianças estavam envolvidas antes mesmo de ir à escola.

Não há dúvidas que as crianças possuem algum conhecimento sobre a alfabetização como forma de cultura. Percebemos que as crianças sabem o que é a leitura e em que tipo de material ela pode estar presente, elas também sabem o que é a escrita e quais os tipos e formas que ela tem e ainda tem a compreensão de com o que as pessoas escrevem e para que elas escrevem.

Os momentos de desenvolvimento são influenciados por experiências sócio culturais, como variações da linguagem, escrita e oral, funções da alfabetização no grupo social particular e dentro da sociedade em sua totalidade, questões sócio econômicas e políticas do poder da alfabetização, experiências pessoais e práticas educacionais. (GOODMAN, 1995, p.121)

Para Goodman (1995), as crianças estão ativamente envolvidas em suas construções de linguagens orais e escritas dentro de sua cultura e sociedade. Os adultos, mais particularmente os professores, exercem influências importantes, pois eles podem apoiar e ajudar as crianças nessa construção.

Nesse contexto quando relacionamos o professor ao aprendizado e toda sua construção, devemos ressaltar que, quando o professor reconhece e põe à criança no centro do planejamento ele facilita e apoia a mesma em sua alfabetização. Desse modo, devem estar atentos às interações das crianças com a linguagem oral e escrita e, reconhecer que os aspectos de alfabetização são adquiridos através do contato.

Como se pode observar aprender a ler e escrever se inicia antes do ensino quando é necessário que a criança domine e controle seu corpo, seus movimentos e seja capaz de deslocar a mão ou traçar no sentido desejado, não é uma questão de aprender a escrever por si só, mas dar a criança oportunidades necessárias para poder fazê-lo. No entanto, é na Educação Infantil que a criança tem a oportunidade de seu primeiro contato com a escrita, mas não significa que o objetivo seja que ela saiba a ler e escrever.

Sob o ponto de vista de Goodman (1995) existem momentos no desenvolvimento da alfabetização do indivíduo que se repetem de diversas maneiras e são neles que as crianças começam, inicialmente a entender que a escrita é um sistema representacional que é diferente do desenho.

O ambiente escolar deve manter-se em constante reflexão, pois podemos observar diante de muitas questões e inúmeros acontecimentos que a tecnologia está cada vez mais sendo inserida em nosso meio social e alfabetizar vem ficando cada vez mais difícil perante essas mudanças, contudo devemos abordar a criança com seus saberes e incentivar que cultivem hábitos de leitura e escrita, que respondam aos apelos da cultura, podendo inserir-se criticamente na sociedade. Assim compreendida a aprendizagem da leitura e da escrita deixa de ser uma questão estritamente pedagógica para alçar ao que representa um investimento na formação humana, sendo considerada assim, um direito de todas as crianças.

4.2

O professor como mediador da aprendizagem da leitura e da escrita

Nos últimos anos, pesquisadores e estudiosos dedicados à alfabetização têm construído estudos e concluído que as crianças chegam à alfabetização através de suas experiências cotidianas em sua sociedade, sua cultura, religião e política. Essa conclusão deve ser reconhecida como um grande impacto sobre a educação.

A importância do trabalho da leitura e escrita na escola fica evidente quando frisamos o desenvolvimento e o domínio de linguagem que uma sociedade elegeu para comunicar-se e interagir, construindo através dela visões de mundo e produções de diferentes culturas, sendo elas estimuladas ao longo de nossas vidas.

A leitura e a escrita como prática social é sempre um meio para múltiplas finalidades, e nunca um fim, pois ler e escrever são respostas a um objetivo, a uma necessidade pessoal e coletiva que deve ser incentivada e proporcionada pela escola desde a educação infantil.

Segundo Teberosky (1982), precisamos ter um conhecimento prévio de todo sistema de leitura e escrita que uma criança tem, quando é inserida na escola, visto que, nos tempos atuais essa aprendizagem não necessariamente começa no ambiente escolar. O trabalho com a leitura e a escrita tem como finalidade a formação de leitores e escritores competentes, pois a possibilidade de produzir textos tem sua origem na prática da leitura a qual cabe à escola despertar, pois conhecer os sistemas de leitura e o interesse que as crianças têm ao longo de seu crescimento. De fato, os múltiplos desafios a serem enfrentados pela escola é o de fazer com que as crianças aprendam a ler e escrever corretamente, como também a aquisição da leitura e a escrita, sendo eles fundamentais para que se construa a autonomia nas sociedades letradas.

Sabemos que os docentes devem explorar investigar, observar e questionar as expressões de significados já utilizados com as crianças, para melhor intervir em seu desenvolvimento e aprendizado, levando assim em conta toda sua bagagem de experiências.

À medida que acadêmicos começaram a suspeitar de que as crianças iam à escola com conhecimentos prévios sobre a alfabetização e começaram a disseminar suas hipóteses e conclusões para outros, o campo de estudo da alfabetização de crianças pré-escolares começou a desenvolver-se reconstruir-se sobre o trabalho de acadêmicos anteriores. (GOODMAN, 1995, p. 13)

Diante de tal pensamento, as diferentes áreas de estudo e suas orientações diversas, devem levantar questões de como as crianças passam a adquirir a linguagem e escrita, coletando informações e observações do meio em que vive.

Para Goodman (1995), o trabalho com a leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, sendo assim a escola é considerada espaço de construção da intertextualidade e fonte de referência.

As crianças não são meros sujeitos aprendizes, mas são também sujeitos que sabem. Em outras palavras, as crianças adquirem novos comportamentos durante seu desenvolvimento, porém, mais importante, é que elas adquirem um novo conhecimento. (GOODMAN, 1995, p.23)

A autora chama atenção ainda para a perspectiva que trata as relações entre o aprender e o adquirir conhecimentos. Nos diferentes campos de conhecimento é importante saber interpretar como aprendem as crianças. Pode-se dizer que a relação que se estabelece entre a leitura e a escrita, entre o papel de leitor e escritor, no entanto, não é mecânica, pois alguém que lê muito não é, automaticamente, alguém que escreve bem.

No entendimento da autora, o principal foco para a abordagem da aprendizagem é a interação entre a criança e a escrita, de fato todos os esforços visam às concepções construtivas pelas crianças perante a escrita e a leitura.

Todas as experiências de aprendizado devem ser organizadas de maneira que possibilitem às crianças participarem de uma leitura significativa, devendo a escola ter como objetivo conscientizá-las de que estão lendo e escrevendo o tempo todo.

A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que a criança desenvolva individualmente uma competência ou habilidade não é uma questão terminológica. Historicamente, nas escolas predominam a concepção da leitura e da escrita como conjunto de competências e as atividades de ler e escrever, um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma competência leitor e escrita ideal proficiente da língua escrita. Os estudos do letramento partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com diferentes funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem. É válido lembrar que quando os professores usam uma aprendizagem de leitura e escrita mecânicas que são relacionados às causas

pedagógicas apenas, onde os métodos e ações educacionais ficam para trás não serão suficientes para um resultado eficaz.

A criança já vem à escola sabendo se comunicar de forma oral, a escola tem um papel de despertar na criança a curiosidade de conhecer o mundo através das palavras, mas também de seus significados existentes em contextos, principalmente no que se refere ao contexto social em que está inserida.

É importante ressaltar que as experiências domésticas e escolares das crianças são, muitas vezes, indispensáveis para o seu desenvolvimento intelectual, pois é através delas que as crianças vão conceituar uma figura a uma palavra, uma palavra a uma coerência, até formar uma frase e assim concluir uma reflexão e chegar à referência da leitura formada, onde ela descobre as decodificações de palavras e seguem até obter sua alfabetização.

Nota-se que, tanto para professores quanto para as crianças, a leitura deve ser construída coletivamente envolvendo estudo e reflexões necessárias, para que seja desenvolvido um trabalho que tenha condições para atender todas as crianças e superar as dificuldades que surgirão ao longo de todo seu aprendizado, para que assim, como agentes do conhecimento, possam possibilitá-las uma aprendizagem com uma trajetória, sendo ela significativa.

Goodman (1995) sinaliza que a aprendizagem se processa quando se relaciona o sujeito e a cultura em que vive e que os processos cognitivos tem uma absoluta elaboração, envolvendo o contexto que por obter informações específicas traz uma motivação dando sentido ao que é aprendido.

Não existem práticas pedagógicas neutras. Como Paulo Freire não cansa de dizer, “toda prática educacional é sempre uma teoria do saber em ação”. Não há como fugir, ao falarmos da escola, da necessidade da reflexão sobre como concebemos o objeto do processo do saber e o processo do saber. (GOODMAN, 1995, p. 35)

Aprimorar o exercício da leitura e escrita denomina e implica ao letramento. As reflexões e processos de aprendizagens dos professores, segundo Goodman, dependem de todo o processo envolvido e das dificuldades, suas experiências devem ser cabíveis para que haja uma complexidade pedagógica para a resolução do ensino aprendizagem em sala de aula. A aprendizagem da leitura e escrita está ligada ao ensino.

A criança não pode ficar conduzida apenas por atividades sistemáticas, aprender e falar diante da sua linguagem facilita a construção de suas possibilidades de reflexões, formando uma análise linguística com diferentes recursos e saber escolhê-los torna

indispensável, pois será através deles que serão construídos suportes para um melhor procedimento, planejamento e elaboração de textos.

4.3

O trabalho cotidiano e a formação do leitor

As instituições de educação infantil, creches e pré-escolas, enquanto espaços educativos, que associam educação e cuidado têm como premissa que em seu trabalho cotidiano, as práticas pedagógicas desenvolvidas tenham como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo às crianças experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança e favorecem a sua imersão nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical, possibilitando experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos (BRASIL, 2010).

Dentre as práticas cotidianas do trabalho pedagógico podemos destacar, em primeiro lugar, a roda de conversa que é o momento em que professor recebe as crianças, proporcionando sensações de acolhimento, segurança e de pertencimento ao grupo, onde lhes é oportunizada o exercício da oralidade, o diálogo bem como pode-se utilizar jogos de mímica, músicas e brincadeiras tradicionais.

A fim de possibilitar a interação entre crianças e adultos, após a chegada, o professor deve organizar o espaço para que as crianças possa falar sobre suas vivências, abrindo possibilidades para todos que desejam falar, para que todos estejam sentados de forma que possam ver-se uns aos outros, além de fomentar as conversas, estimulando-as a falarem, e promovendo o respeito pela fala de cada um.

Os momentos coletivos em geral são oportunidades de interação, como a **hora do Lanche ou da Higiene que** não atendem apenas as necessidades nutricionais e físicas das crianças, mas também as psicológicas e sociais: de sentir prazer e alegria, de partilha, de troca, de aprender a preparar e cuidar do alimento com independência, de adquirir hábitos de higiene que preservam a boa saúde.

Considerando a brincadeira como eixo norteador de todo o trabalho, cabe destacar a importância da brincadeira nesse processo e destacar que, em todas as culturas e momentos históricos as crianças brincam, e através das brincadeiras demonstram a sua

inteligência, expressam suas ideias, sentimentos e conflitos. A brincadeira é para a criança, a valiosa oportunidade de aprender a conviver com as pessoas e suas diferenças, regras, objetos e brinquedos.

A formação do leitor durante as brincadeiras pode ser enriquecida com experiências orientadas ou provocadas pelo professor que organiza e fornece materiais para exploração, criação e imaginação como espelhos, pinturas de rosto, fantasias, máscaras e sucatas para os brinquedos de faz de conta: casinha, médico, escolinha, polícia-e-ladrão, etc, bem como pode confeccionar brinquedos junto com as crianças, ensinando-a a reciclar o que seria lixo, e despertando o prazer de confeccionar o seu próprio brinquedo: bola de meia, peteca, pião, carrinhos, fantoches, bonecas, etc. Podendo organizar, na sala de aula, um cantinho dos brinquedos.

Podemos dizer que o ato de contar histórias para as crianças está presente em todas as culturas, letrada ou não letrada. As crianças adoram ouvir histórias e os adultos podem descobrir o enorme prazer de contá-las. Na Educação Infantil, enquanto a criança ainda não é capaz de ler sozinha, o professor pode ler e deixar que a criança se aproprie do que foi lido imitando, desenhando ou recontando e nesse movimento, mesmo quando for capaz de ler com autonomia, ela não perderá o interesse de ouvir histórias contadas pelo adulto. A hora da história é um momento valioso que não tem outro objetivo senão o deleite e a apreciação, contudo é uma valiosa contribuição na compreensão do ato de ler. Um ambiente educativo composto por livros dispostos e organizados à disposição das crianças é uma rica oportunidade de aprendizagem.

Em todas essas práticas se imprime o exercício da narrativa que é uma forma de expressão que nos caracteriza como seres humanos.

O trabalho com a arte possibilita a ampliação do repertório estético das crianças, estimulando a sua capacidade de realizar a apreciação artística e de leitura. Para tanto, o professor pode pesquisar e trazer para a sala de aula, diversas técnicas e materiais, a fim de que as crianças possam experimentá-las, interagindo com elas a seu modo, e produzindo as suas próprias obras e expressando-se, assim aumentarão suas possibilidades de comunicação e compreensão, também poderão conhecer obras e histórias de artistas apreciando-as e emitindo suas ideias sobre estas produções, estimulando o senso estético e crítico.

A música é outro importante componente das práticas cotidianas e é essencial na formação do leitor.

A sala de aula e o espaço físico da escola não são os únicos espaços pedagógicos possíveis na Educação Infantil. Em princípio, qualquer espaço pode tornar-se pedagógico, dependendo do uso que fazemos dele como praças, parques, museus, exposições, feiras, cinemas, teatros, supermercados, exposições, galerias, zoológicos, jardins, reservas ecológicas e tantos outros. O professor deve estar atento à vida da comunidade e da cidade onde atua, buscando oportunidades interessantes, que se relacionem aos projetos desenvolvidos na classe, ou que possam ser o início de novos projetos, isto certamente enriquece e amplia o projeto político pedagógico da instituição, que não precisa ser confinando à área escolar.

Enfim, a leitura e a escrita estão presentes em todas as práticas que se desenvolvem na Educação Infantil e nesse sentido é importante ressaltar a importância do diálogo, da conversa, da escuta, da oralidade, da livre expressão entre professores, crianças e famílias sobre as práticas de leitura e escrita com o objetivo de vincular a leitura de mundo à leitura da palavra.

Dentro dessa perspectiva, o professor deve ser considerado agente de seus conhecimentos e ideias, construídos ao longo de sua vida e formação. É na sua prática que ele vai se qualificando, se aprimorando e se estruturando quando precisa utilizar a durante sua atuação, seja para planejar sua aula ou no momento do desenvolvimento de suas atividades e ao criar ou escolher suas metodologias de ensino aprendizagem.

Considerações finais

Atualmente o ensino aprendizagem da leitura e da escrita vem sofrendo com a má decisão na metodologia e falta de preparo pedagógico na formação inicial e continuada dos alfabetizadores. Acredito que a alfabetização tem infinitas possibilidades, pois necessita de elementos fundamentais para a sua compreensão como, por exemplo, os conhecimentos prévios das crianças e sua cultura construída antes mesmo do ingresso no ambiente escolar.

Na constatação do fracasso, buscamos os porquês de algumas crianças terem tantas dificuldades para se alfabetizar, chegam até a perderem o gosto pelo estudo e passa a não gostar da escola. Esse é um cuidado que deve ser analisado e tomado pelo professor como objeto de estudo, uma investigação.

Baseando nesses possíveis processos, esse estudo vem sensibilizar e investigar se existe ou não a alfabetização na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, primeira experiência educacional de crianças de 0 a 5 anos e, para tal pretensão faz um breve resgate da história da leitura e da escrita para identificar nas práticas cotidianas dessa etapa educativa com suas especificidades, identificar circunstâncias favoráveis para a formação das crianças leitoras com participação ativa em tais práticas.

A partir dessa perspectiva, consideramos que o breve histórico da leitura e a escrita, contextualiza as mudanças, a evolução e a transformação da sociedade que continua em processo destacando a atualidade do estudo da importância da leitura e da escrita na vida dos sujeitos de pouca idade, visto que, reconhecer e valorizar as especificidades da infância não significa desvalorizar suas necessidades de aprendizagem e interação. Levando em conta assim que, para a educação infantil desempenhar seu papel no desenvolvimento humano e social, é preciso que a criança seja vista como cidadã e criadora de cultura para que assim nesta concepção de infância, sua história e linguagem sejam dimensões importantes de sua formação, desenvolvimento e humanização.

As reflexões sobre o ensino da leitura e escrita no Brasil e os métodos de alfabetização são entrecruzadas com o papel da educação infantil na formação do sujeito e põe em destaque a importância do cuidado que os profissionais da educação devem assumir em suas escolhas, metodologias e práticas pedagógicas, assumindo sua a sua

responsabilidade junto à família, escola e sociedade como incentivadores do desenvolvimento integral das crianças.

Entender o papel da educação infantil, onde a criança é centro do planejamento, é o seu pleno desenvolvimento e formação para a cidadania, implica a compreensão de que ler e escrever são direitos de todas as crianças e que deve ser efetivado no espaço educativo tendo como eixos a brincadeira e as interações.

Sendo esse um assunto ainda pauta de futuras discussões, estudos e projetos, o que posso considerar diante das pesquisas feitas para a realização desse estudo é que, analisar a importância da leitura e escrita na educação infantil senti-me despertada a perceber a criança como sujeito ativo e participante da sociedade. Penso que, ao ensinar e conscientizar a todos os envolvidos para uma educação libertadora, na qual a criança levará consigo um conhecimento adquirido na fase inicial de sua vida, dando-lhe um suporte e, não a memorização, orientando-a para a leitura e escrita de maneira crítica reflexiva, a alfabetização acontece de maneira natural, significativa e prazerosa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim; DURANTE, Daniela Simiqueli; FERREIRA, Claudia da Silva; FERREIRA, Oséias Soares. **A HISTÓRIA DA LEITURA**, das práticas de leitura e da escrita, segundo Roger Chartier. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364418940_ARQUIVO_HistoriadaLeitura,dasPraticasdeLeituraedaEscrita,segundoRogerCHARTIER.pdf

Acesso em: 13/07/16 às 18h: 03min

AMADO, Jorge. **Agonia da noite**. 10. ed. São Paulo: Martins, 1964.

BARBOSA, José Juvencio. **Alfabetização, Escrita e Leitura: Lugares não escondidos na História**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 12/08/16 às 23h: 54min.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 20/08/16 às 16: 30min.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Acesso em: 28/06/16 às 20h: 03min

CORSINO, Patrícia. (org). **Educação infantil: Cotidiano e políticas**. Campinas, São Paulo: Autires Associados, 2009.

CARMELICE Aires Paim dos Santos. **BREVE HISTÓRIA DA LEITURA NO BRASIL: os livros, as tensões e os saberes na colônia (Séc.XVIII)**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivomorto/edicoesanteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf Acesso em: 02/07/16 às 19h:48min

CAGLIARI, Luiz Carlos. **O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização**. Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Alfabetizacao, Leitura e Escrita/Trabalho/05_08_29_3275-6607-1-PB.pdf Acesso em: 19/07/16 às 20h: 27min

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Algumas Questões de Linguística na Alfabetização.**

Disponível em:

<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40140/1/01d16t05.pdf>

Acesso em: 21/07/16 às 18h: 32min

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOODMAN, Yetta M. **Como as crianças constroem a leitura e a escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KRAMER, Sonia. **O papel social da educação infantil.** Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat8.pdf> Acesso em 10/08/16 às 13h: 34min.

LAJOLO, Marisa. **Projeto memória de leitura: pressupostos e itinerários. Leitura, história e história da leitura.** São Paulo. FAPESP, Mercado Letras, 2002.

MORTATTI, Maria Rosário. **HISTÓRIA DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf.

Acesso em: 04/08/16 às 14h: 22min

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilm>

Acesso em: 18/08/16 às 10h: 07min.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização.** In: Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001 (org.) Vera Massagão Ribeiro – 2ª Ed. – São Paulo, Global, 2004.

TEBEROSKY, Ana; CARDOSO Beatriz. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita.** São Paulo: Unicamp, 1989.

TFOUNI, Leda. **O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização.** Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Alfabetizacao, Leitura e Escrita/Trabalho/05_08_29_3275-6607-1-PB.pdf Acesso em: 10/07/16 às 15h:

56min

THOMSON, George. **Os primeiros filósofos.** Lisboa: Estampa, 1974.

ZILBERMAN, Regina. **A LEITURA NO BRASIL: sua história e suas instituições.**

Disponível em:

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html> Acesso em:

13/07/16 às 19h: 33min